

## **REUNIÃO DO MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA**

### **COM O MINISTRO PADILHA**

**05 de agosto de 2011 – FIOCRUZ, RIO, SEMINÁRIO CMDSS**

### **SUS Igual para Todos: Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil**

Estimados Ministro e colegas,

É uma enorme alegria e uma grande honra para entidades e militantes da sociedade brasileira, da Reforma Sanitária, do SUS e da área de saúde a realização desta reunião na histórica Fundação Oswaldo Cruz e no dia em que se realiza o Seminário preparatório à Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais em Saúde, que ocorrerá nesta cidade maravilhosa em outubro próximo.

Estamos felizes, pois nesse encontro, além de vossa honrosa presença, estamos realizando o LANÇAMENTO “MUNDIAL” DE NOSSA AGENDA ESTRATÉGICA PARA A SAÚDE NO BRASIL.

Queremos compartilhar visões e expectativas, mas mais do que nossas angústias e preocupações, vamos priorizar o debate sobre compromissos em favor de uma AGENDA, capaz de elevar o desempenho do Sistema Único de Saúde e melhorar as condições de saúde da população.

A AGENDA é um esforço bem sucedido do diálogo das entidades e militantes em favor do pleno alcance dos propósitos e fundamentos do SUS e, ainda mais importante, do entendimento de que saúde é desenvolvimento e por isso precisa ocupar posição central nas políticas de desenvolvimento do país.

A AGENDA é o resultado de um movimento solidário, que sem necessidade de definir chefes e subalternos e sem exigir a renúncia de pontos de vista e princípios de entidades e sujeitos, deseja mobilizar corações e mentes para que se alcance um SUS IGUAL PARA TODOS, desde governantes e trabalhadores de saúde até a academia e a sociedade brasileira.

O documento não tem a cara de apenas uma entidade, é a síntese complexa e possível de múltiplos atores sociais, que olham o SUS de maneira sistêmica, buscando avanços que consolidem a materialização financeira, de gestão, da rede de serviços, da força de trabalho, de ciência, tecnologia e inovação em nosso sistema de saúde. A AGENDA além de propiciar o debate, também abre a possibilidade de que as entidades signatárias e outras elaborem documentos individuais, ou abordem temas específicos, estabelecendo posições mesmo em contraste com o documento comum.

Certamente apresenta lacunas e imprecisões, principalmente em áreas técnicas, que serão corrigidas e melhoradas, considerando o apreço dos signatários pelas melhores evidências e a capacidade de negociar interesses particulares em favor do bem da população brasileira.

Todos os temas, incluídos ou não na AGENDA, precisam ser debatidos e formulados de modo a constituir referência para a atuação de entidades e militantes nos múltiplos espaços de discussão e deliberação, seja o Conselho Nacional de Saúde e a 14a. Conferência Nacional de Saúde, ou a academia e a sociedade brasileira.

Nosso país vive um ciclo virtuoso de crescimento econômico e desenvolvimento social, em meio à forte crise internacional, que afeta de modo expressivo as economias mais ricas e desenvolvidas do planeta.

As evidências históricas reafirmam a atualidade dos determinantes sociais na explicação das desigualdades e iniquidades tanto nas condições de saúde, quanto na utilização de serviços de saúde dos diferentes grupos sociais.

Felizmente, as evidências também indicam que as políticas e as ações dos sistemas e serviços de saúde podem jogar um papel estratégico e bem-sucedido na redução de diversas iniquidades sociais em saúde. Neste sentido, vale destacar o reconhecimento nacional e internacional granjeado pela produção de conhecimento brasileira no campo da saúde coletiva e das políticas de saúde.

Do nosso ponto de vista, a saúde precisa ocupar lugar central na agenda política do país, buscando uma relação mais igualitária de nossos indicadores de saúde e de educação com nossa importância econômica. Esta brecha hoje é de dez vezes, sétima economia mundial, mas 60°. ou 70°. lugar em saúde e educação, posição pior do que a de muitos países menores e mais pobres do que o Brasil .

Hoje dispomos de todos os meios, políticos, financeiros e técnico-científicos, para alcançarmos transformações que desenvolvam o SUS e avancem o projeto da Reforma Sanitária brasileira. O Brasil tem a oportunidade de dispor de um sistema de saúde universal, equitativo e sustentável, conforme preconizado na Constituição de 1988.

A 14ª. CNS é uma oportunidade histórica de governantes, controle social, trabalhadores de saúde, academia e todos os interessados contribuir para que o dever do Estado na oferta de um sistema público de saúde alcance elevado padrão de qualidade, servindo de referência no país e no mundo, reafirmando objetivamente nosso compromisso com o direito à saúde de todos os brasileiros.

Ao contrário da matéria publicada na revista *The Economist*, não queremos um SUS que seja universal na alta complexidade, uma APS para pobres, entregando a média complexidade para os planos de saúde. Queremos um SUS inteiro, complexo, com redes integradas que atendam exclusivamente seus usuários.

Nosso país teve avanços significativos na saúde materno-infantil, na atenção de emergência e até mesmo no cuidado domiciliar. Mas, é preciso enfrentar a violência urbana e rural para reduzir a epidemia de assassinatos, especialmente de jovens pobres. Para reduzir a epidemia de cesareana, será necessário garantir a toda mulher o direito de realizar um pré natal de alta qualidade, conhecer o local onde terá seu bebê, dispor de um acompanhante no momento do parto, ser atendida por uma equipe multiprofissional, que inclua parteira, ou obstetrix, enfermeira, pediatra e obstetra.

Para reduzir a epidemia de sobrepeso, de obesidade, de mortes por AVC e amputações em diabéticos precisamos de políticas efetivas de alimentação e nutrição, de regulamentação da propaganda e publicidade de alimentos, bebidas e terapias, de melhorias urbanas que viabilizem o lazer e a atividade física em condições adequadas.

Agora é hora de dar um salto de qualidade, com ações que conectem a saúde ao âmbito intersetorial. Será preciso renovar o contrato do Estado brasileiro com a sociedade, com destaque para a participação de gestores do SUS, trabalhadores de saúde, entidades científicas e da área de saúde, conselhos e entidades profissionais. Somente assim teremos um país com envelhecimento saudável e dignidade social.

Portanto, Ministro, esta reunião é uma grande oportunidade para definirmos consensos sobre questões de curto, médio e longo prazo. Para aquelas de curto prazo, queremos marcar agendas de balanço e avaliação nos próximos meses.

A decisão de enfrentarmos as questões políticas centrais para o SUS é a melhor mensagem que esse ato pode deixar à sociedade brasileira.

Precisamos de um sistema realmente único de saúde, sem apartheid sanitário, condição sine qua non para sermos um país desenvolvido. Para isso, será necessário alocar os recursos públicos (especialmente federais e estaduais) no sistema público de saúde, com a redução progressiva dos subsídios ao sistema privado.

A presidenta Dilma enfatiza que o SUS deve mostrar "resultados" para receber mais investimentos. Não vemos incompatibilidade entre a AGENDA do movimento sanitário e das entidades da área de saúde com a agenda do governo federal.

Podemos e devemos apoiar as iniciativas de ampliação de acesso com qualidade, inclusive com a adoção de indicadores específicos e de incentivos financeiros.

Mas também é preciso ter claro que não basta mais evidenciar que o SUS é bom para os pobres, temos que mostrar que sem um sistema público realmente único e de qualidade não seremos "um país rico", mas sim um país desigual.

Luiz Augusto Facchini

Presidente da ABRASCO